



Em **S**ociedade

Entrevista¹ com o antropólogo Luiz Eduardo Soares²

Ana Maria Oliveira

¹ Entrevista concedida à professora Ana Maria Oliveira para o jornal O Marco da PUC Minas.

² Professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

³ Livro publicado em 2019, pela editora Boitempo.



- Qual o significado do título de seu livro “Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos”?³ Qual a relação das ideias centrais do seu livro com a democracia?

LES: São duas perguntas. A primeira diz respeito ao título, cujo conteúdo se desdobra em dois momentos. Desmilitarizar alude a um dos principais itens da reforma do modelo policial, que é parte da necessária transformação da arquitetura institucional da segurança pública. Essa arquitetura inclui, além do modelo policial, a distribuição de responsabilidades entre os entes federados. A meu juízo, é urgente desmilitarizar a polícia ostensiva, autorizar o ciclo completo em todas as polícias e instituir a carreira única em cada uma delas. Portanto, desmilitarizar é uma referência metonímica ao conjunto das mudanças que proponho. No livro, as descrevo e explico, justificando-as. O segundo momento aponta para a sociedade em que se inscrevem as instituições, na qual ocorrem os dramas da insegurança. Nossa sociedade é profundamente marcada por racismo estrutural e por desigualdades abissais, historicamente constituídas. Lutar por direitos humanos significa empenhar-se na resistência antirracista e na militância por igualdade, isto é, pela edificação de uma verdadeira democracia. Segurança pública, numa democracia que mereça este nome, implica a garantia de direitos individuais e coletivos. Sendo assim, vê-se que são indissociáveis segurança, direitos humanos e Estado democrático de direito substantivo, não apenas formal.

- No livro, o sr. apresenta soluções para se diminuir a violência na sociedade brasileira. Como se dão essas soluções?

LES: Há duas pautas complementares, relativas a dimensões distintas. A primeira visa reduzir desigualdades e reverter o racismo estrutural. Nesse caso, são imprescindíveis mudanças profundas que incidam sobre as próprias bases de organização da sociedade. Trata-se de transformações de longo prazo que alcançam as relações econômicas. O livro alude a elas, mas se concentra na segunda agenda, que é específica. Eis sua apresentação sumária: rever a política de drogas, interromper a brutalidade policial, focalizar a questão das armas e a problemática das milícias - que é, no fundo, apenas o problema das polícias que se degradam



na anarquia e na licença para matar-, reformar a arquitetura institucional da segurança pública e o modelo policial, respeitar com absoluto rigor a legalidade e os direitos humanos, nos presídios e fora deles, competir com os focos criminosos de recrutamento de jovens, oferecendo a estes, com sinal positivo, os benefícios materiais e subjetivos que procuram no tráfico, reduzindo a evasão escolar: eis a agenda elementar para minimizar a insegurança e mitigar os danos produzidos pelo próprio Estado, nas mais diversas áreas de sua atuação, particularmente na esfera da Justiça criminal.

Não haveria, aqui, explicar como se dariam essas soluções. Para isso, escrevi o livro. Posso, no espaço reduzido de uma entrevista, apenas oferecer indicações gerais.

- O sr. cita no seu livro que o Estado ainda se inspira na cultura belicista militar. Como avalia a abolição dessa cultura?

LES: Não me refiro ao Estado, em termos gerais, mas ao modo como, operando na esfera do que denominamos segurança pública, por meio das polícias e do sistema de Justiça criminal, que inclui os presídios, se relaciona com as camadas populares, sobretudo os jovens negros e os jovens pobres, moradores de territórios vulneráveis. A cultura corporativa das polícias, em particular das polícias militares, mas não apenas, define o suspeito como inimigo, compreende favelas e periferias como espaços do “inimigo”, e atua como se estivesse numa guerra. Não há guerra às drogas, o que há é guerra aos pobres, assim como o encarceramento em massa corresponde à criminalização da pobreza, como procuro demonstrar no livro.

- Como seria possível formar os policiais com princípios humanísticos e de direitos humanos? As corporações, no Brasil, estão preparados para isso?

LES: Há problemas de formação, sem dúvida, mas a educação profissional que vale mesmo se dá nas ruas, nas ações policiais, em que novatos aprendem observando, ouvindo, sendo instruídos, imergindo no mundo de valores, relatos, memórias que os colegas mais velhos e experientes compartilham. Portanto, sem mudar a prática, a renovação de princípios, valores e orientação jamais se produzirá. E essa prática não depende somente de políticas de segurança, de políticas criminais e da vontade dos gestores. Depende, fortemente, de



estruturas organizacionais. Em outras palavras, as questões se entrelaçam, as dimensões se interpenetram. No caso particular das polícias militares, como esperar que os cidadãos trabalhadores policiais que atuam na ponta se comportem de outro modo se, enquanto soldados, não lhes é dada a liberdade para pensar, refletir e participar de decisões sensíveis? Não há maior óbice à corrupção policial do que o respeito conquistado junto à comunidade. Esse respeito ninguém troca por dez tostões. Mas não haverá como conquistá-lo, enquanto não houver a possibilidade de agir com autonomia, refletindo e interagindo com as comunidades. Segurança pública é um serviço prestado à sociedade. Servidores públicos não podem se restringir a cumprir ordens, numa estrutura rígida e verticalizada, hiper-centralizada, como são as organizações militares.

- No Rio de Janeiro, o atual governador, Wilson Witzel tem um perfil de político que defende a militarização. A violência no estado aumentou? Como o sr. avalia essa situação?

LES: Estamos vivendo no Rio um banho de sangue. Sabemos que os gestos mais sutis dos governantes e mesmo suas meias palavras bastam para sinalizar a direção das atitudes policiais, na ponta. Nesse momento de retrocessos severos e de obscurantismo por que passa nosso país, não faltam gestos e sinalizações que apontam na direção oposta à dos direitos humanos. No Rio de Janeiro, o governador não tem economizado palavras e tem sido enfático na autorização da violência policial. As consequências trágicas têm se acumulado, provocando um rastro de dor e sangue. Os resultados estão aí: no estado do Rio, em 2019, de janeiro a agosto, 1249 pessoas foram mortas em ações policiais. Quase 40% dos homicídios que ocorreram na cidade do Rio e 30% dos registrados no estado foram perpetrados pelas polícias. Se as execuções extrajudiciais têm sido uma constante, ao longo dos anos, o processo mórbido este ano se intensificou, como era de se esperar, ante a promessa explícita do governador de promover o “abate de criminosos”. Instituiu-se a pena de morte sem julgamento.



- A partir da desmilitarização seria possível evitar casos como o de Agatha Félix, que morreu em meio a troca de tiros no Rio de Janeiro?

LES: Não, a desmilitarização não é uma panaceia. Significa o corte do cordão umbilical que, na Constituição, une as PMs ao Exército e as torna espelhos da organização centralizada militar. Essa mudança seria apenas um passo em direção à alteração da cultura corporativa e de suas práticas, as quais são mimetizadas pelas polícias civis. As transformações na esfera organizacional e cultural teriam de ser complementadas por alterações na política criminal, via, por exemplo, a legalização das drogas e o fim do encarceramento em massa. Mudanças nas políticas de segurança também seriam indispensáveis. E nesse ponto chegamos a Agatha, vítima da irresponsabilidade criminosa das autoridades que estimulam incursões bélicas a áreas densamente povoadas e determinam que policiais atirem em suspeitos, como se estivessem num safari bárbaro. Não se pode atirar em um motociclista porque se suspeita que ele possa estar envolvido com o comércio de substâncias ilegais. Esse ato constitui um crime: tentativa de assassinato. Em segundo lugar, atirar em meio a uma comunidade implica por em risco toda uma população inocente, o que é inconcebível. Isso nunca ocorreria em um bairro nobre da cidade? Só acontece em áreas nas quais a vida é desvalorizada, nas quais o Estado de direito não tem vigência, onde vivem os descartáveis. Governantes costumam afirmar que não se fazem omeletes sem que se quebrem ovos. Eu costumo responder: desde que os ovos não sejam seus filhos.

- O chamado “Pacote anticrime”, proposto pelo ministro Sérgio Moro, contribui para o fim da violência ou se dá o contrário?

LES: O que o governo federal realizou até agora? Flexibilização do acesso a armas. O que propõe o pacote do ministro? Excludente de ilicitude e medidas que aumentariam o encarceramento. Ou seja, teremos mais armas, mais execuções extrajudiciais e mais encarceramento. O oposto do que seria necessário. Explico: temos a terceira população carcerária do mundo, quase 800 mil presos, e a que cresce mais rapidamente em todo o mundo, desde 2001. Portanto, o problema não é pouca prisão. No entanto, nosso país praticamente só prende em flagrante, porque a polícia civil investiga muito pouco e a PM é



proibida de investigar. Só em 2017, houve 65.622 assassinatos -70% das vítimas eram negros, mas no sistema penitenciário apenas 13% cumprem pena por homicídio. Adotamos como punição quase exclusiva o encarceramento, que deveria ser medida extrema, para casos graves, que envolvam violência. A lei de drogas é irracional e hipócrita. Encarcerando em massa os varejistas do comércio de substâncias ilícitas, destruimos a vida de milhares de jovens e alimentamos as facções criminosas que dominam o sistema penitenciário. Ou seja, contratamos violência futura. Além disso, assinale-se que o Estado brasileiro é criminoso: não cumpre a Lei de Execuções Penais. Nunca tomamos como foco dos investimentos de segurança os pontos mais importantes: o controle das armas, o investimento na perícia técnica e na valorização profissional dos policiais, e a redução dos homicídios. E não preciso dizer que, no país do racismo estrutural e das desigualdades, a insegurança será a norma, não a exceção. Ora, nesse contexto, as propostas do ministro são inteiramente contraproduativas.

- Qual a relação entre a violência e os preconceitos presentes na sociedade, como de racismo, machismo e contra a comunidade LGBT?

LES: Esses preconceitos são violência e promovem um sem número de desdobramentos brutais, direta e indiretamente.

- Como o senhor avalia o gesto do presidente Jair Bolsonaro ao fazer o símbolo de uma arma com a mão? E o seu discurso de incitação ao ódio?

LES: Vejamos um exemplo concreto para entender a gravidade do gesto, sobretudo associado, e indissociável, do discurso que incita o ódio. No interior da Bahia, deu-se um fenômeno curioso e revelador (evito localizar os fatos porque as consequências poderiam ser perigosas para as testemunhas): traficantes e policiais militares, em momentos distintos, impediram que militantes fizessem a campanha de Haddad, ano passado. Impediram pela força e com ameaças. Agiram, separadamente, mas movidos pelas mesmas intenções, explícitas, declaradas: eleger Bolsonaro. Os policiais queriam apoios corporativos e endosso ideológico a suas crenças e práticas. E os traficantes? Quando indagados, respondiam sem palavras, acionando apenas a linguagem corporal: imitavam os gestos do candidato,



apontando armas, simulando tiros. Não é impressionante? Ou seja, mesmo definidos como inimigos pelo candidato, hoje presidente, eles se identificavam com os meios, embora não necessariamente com os fins, por razões óbvias. Mas, nesse caso, vem à tona a mensagem inconsciente: os meios são os fins, as armas são o fetiche de um modo de ser que se sobrepõe às finalidades. Estamos sendo governados pelos meios e para os meios, isto é, por uma metodologia e para uma metodologia, por um modo de ser e para um modo de ser: a brutalidade mais rudimentar. Enquanto Bolsonaro não nos reduzir ao seu espelho, não repousará.

- Em entrevista a um portal de notícias, o sr. afirmou que as milícias estão no poder. De que maneira a desmilitarização iria diminuir o poder das milícias?

LES: De novo, devo insistir: a desmilitarização não é uma panaceia. Em si mesma, não reduziria o poder das milícias. Há muitos milicianos que são policiais civis. O que reduziria o poder das milícias seria a mudança das polícias, que as submetesse a controles externos e internos efetivos, e que as subordinasse ao cumprimento de sua missão constitucional. Isso seria mais compatível com uma arquitetura institucional mais adequada à democracia e a um modelo policial mais suscetível a respeitar os limites da legalidade, mais capaz de compreender sua finalidade como prestação de serviço à cidadania, em defesa de seus direitos. Isso requer transformações profundas que vão muito além da desmilitarização. Sobretudo, exige mudanças na cultura política do país. Procurei demonstrar, no livro, que as milícias são, em parte, filhas das políticas que autorizam a violência policial e que instalam a anarquia nas polícias. Enquanto a vida tiver valores diferentes conforme a conta bancária e o bairro em que se vive, não sairemos do atoleiro.